

ALERTA

Mato Grosso tem 72 municípios com alto risco para dengue

Tangará da Serra apresenta índice moderado da doença

REDAÇÃO DS / SES-MT

A Secretaria de Estado de Saúde (SES-MT) emitiu nesta semana um alerta aos gestores municipais para que intensifiquem o combate à dengue, zika e chikungunya, devido ao período chuvoso que se inicia e ao alto risco para as doenças registrado em 72 dos 141 municípios mato-grossenses.

Conforme a superintendente de Vigilância em Saúde da SES-MT, Alessandra Moraes, o verão – de 21 de dezembro a 20 de março – é um período em que o número de arboviroses aumentam em decorrência da chuva e

do acúmulo de criadouros do aedes aegypti nas residências e terrenos baldios. A gestora acredita que o trabalho conjunto entre Estado, municípios e população contribuirá para o enfrentamento da doença.

“A dengue não é mais uma doença sazonal para Mato Grosso e sim epidêmica. Com isso, há alto

“
Em meio
ao período
chuvoso,
tendência é de
alta no número
de casos

risco para esses agravos, o que coloca os gestores municipais em estado de alerta, sendo importante

intensificar as ações preventivas de combate ao mosquito transmissor. A população pode contribuir nesse combate, limpando reservatórios de água e eliminando possíveis criadouros”, explica Alessandra.

Conforme dados do Informe Epidemiológico nº 15, que considera o período de janeiro a 13 de novembro, Mato Grosso registrou 26.416 casos de dengue e atingiu 758,1 de incidência para cada 100 mil habitantes. Do total de casos registrados no Estado, 29 correspondem à dengue grave, oito são óbitos confirmados e três são óbitos em investigação.

Os 10 municípios com maior registro são: Sorriso (3.990), Sinop (2.803) Nova Mutum (2.126), Alta Floresta (1.389), Nova Ubiratã (1.338), Colíder (1.175), Marcelân-



Fortalecimento do combate à dengue

dia (755), Primavera do Leste (623), Campo Verde (597) e Chapada dos Guimarães (551).

Sapezal, Diamantino e Nortelândia também aparecem na lista com alto risco de dengue, com 266, 429 e 24 casos, respectivamente.

Apenas dois municípios estão com alto risco para Zika sendo eles: União do Sul com 3.562 casos e Marcelândia com 10.499 casos. Nenhum município

apresentou alto risco para chikungunya.

Tangará da Serra apresenta risco médio para a dengue, com 126 casos notificados neste ano, incidência de 121,4 casos para cada 100 mil habitantes. No ano passado foram registrados 1.446 casos.

Para o Zika vírus foram notificados apenas cinco casos (ano passado foram 74) e para chikungunya são três casos notificados (ano passado foram nove).



Atendimento de qualidade para gestantes

MATERNIDADE

Lei garante atendimento à gestantes em vulnerabilidade

Assistência integral, incluindo pré-natal, parto e pós-parto

Assessoria ALMT

Foi sancionada pelo governador Mauro Mendes (DEM), no último dia 18 de novembro, a Lei 11.573/2021 de autoria do deputado estadual Thiago Silva (MDB), que cria o programa “Mães de Mato Grosso”, com foco no atendimento de gestantes em situação de vulnerabilidade social e recém-nascidos.

O Programa Mães de Mato Grosso tem o objetivo de assegurar à gestante e ao recém-nascido a assistência integral à saúde, incluindo pré-natal, parto e pós-parto. A lei também

visa promover o acesso à rede pública de saúde e a prevenção de doenças no ciclo de gravidez até o primeiro ano de vida da criança, visando à diminuição dos índices de mortalidade materna e infantil.

“Esta importante lei que já está em vigor vai garantir atendimento digno e de qualidade para gestantes que estão vulneráveis e carecem do apoio do Poder Público para fazer o acompanhamento

“
Garantir
atendimento
digno e de
qualidade para
gestantes

to do pré-natal ao parto. Estamos trabalhando para diminuir o índice de mortalidade infantil e também das gestantes em Mato Grosso”, disse o deputado Thiago Silva.

Suelen Cristina, que está grávida, acredita que essa nova lei será de grande valia para pessoas que não possuem renda fixa e precisam do apoio do governo para realizar o atendimento durante o tempo de gestação e também o pós-parto.

“A gestação e o parto são momentos importantes da vida das mulheres. Por esse motivo, é fundamental ter o acompanhamento de profissionais da saúde preparados para atender a mãe depois do parto e o recém-nascido, por isso propomos a criação desta nova lei”, defende o deputado Thiago Silva.